

Parlamentares tentam adiar IR

BRASÍLIA — Representantes de seis partidos no Congresso Nacional fizeram ontem à tarde a segunda reunião para discutir como vai ficar o salário de outubro dos deputados federais e senadores. A nova Constituição retirou dos parlamentares o privilégio de pagar uma quantia ínfima de Imposto de Renda e enquadrou-os na alíquota de 45% sobre o salário (Czs 2,2 milhões em setembro). Da reunião participou um funcionário da Receita Federal, que foi encarregado de encaminhar duas propostas à área econômica do governo federal.

A primeira delas é que o desconto de Imposto de Renda, determinado pela Constituição,

só incida sobre os salários dos parlamentares a partir do ano que vem, já que qualquer norma sobre tributação é aplicada apenas no exercício financeiro do ano subsequente.

Pela segunda proposta, os deputados e senadores não pagariam imposto na fonte sobre os salários de outubro, novembro e dezembro. Eles descontariam o imposto apenas na declaração de renda referente a este ano, que será feita no primeiro semestre do ano que vem.

Na avaliação dos parlamentares presentes à reunião, entretanto, nenhuma dessas propostas tem possibilidades de vigorar. "O mais provável é que paguemos o imposto a partir do

salário de outubro. Isso vai reduzir nosso salário de Czs 2,2 milhões para cerca de Czs 1 milhão", calculou o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE).

Qualquer decisão a respeito da folha de pagamento dos parlamentares precisará ser tomada até o dia 21, prazo final para que deputados e senadores recebam o salário deste mês. Por isso, a forma como será aplicada a Constituição no que se refere aos seus vencimentos deverá ser definida no esforço concentrado do Congresso Nacional, programado para os dias 18, 19 e 20, quando haverá número suficiente de parlamentares para discutir a questão.

AUMENTO

Um dos pontos conclusivos da reunião de ontem foi que qualquer medida será tomada apenas se for consenso entre as bancadas de todos os partidos. "Para evitar que os petistas chamem os representantes de outras siglas partidárias de oportunistas", disse a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF), ao final do encontro.

Outra decisão tomada ontem foi a rejeição da emenda do deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que propunha aumento salarial para os parlamentares para evitar que os vencimentos diminuam com o abatimento do Imposto de Renda.

13 OUT 1988

ESTADO DE SÃO PAULO